

A MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Mr. MICHEL LAMBARÈS (Revue de Défense Nationale
— Agosto-Setembro de 1964)
Trad. do Mar ARMANDO P. VASCONCELOS

1ª PARTE

A — PODER-SE-Á MOBILIZAR A INDÚSTRIA ?

As instruções para regular a organização da defesa francesa determinam que “a Defesa Nacional não pode mais esperar por uma reconversão eficaz das possibilidades gerais da nação através de uma mobilização progressiva”. No que concerne à indústria, cuja mobilização não pode ser progressiva (de longa duração), esta frase significaria, ao pé da letra, que seria inútil encarar tal operação e, conseqüentemente, prepará-la.

Certamente, ninguém ainda ousou invocar abertamente uma “diretiva” como essa; mas o fato de existir bastaria para justificar a recusa a certos esforços solicitados, de tal forma que ela pode, mais hoje mais amanhã, constituir-se numa fonte de dificuldades, com conseqüências graves. Não é possível que sobre tal assunto permaneça semelhante ambigüidade. O risco é muito grande para se esperar que, em certo dia, se venha aperceber do erro em que se incidiu, porque, então, mais uma vez, será demasiado tarde.

* * *

Devemos, incontestavelmente, aos militares a noção, a adjectivação e a primeira tentativa de “MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL”. Pela sua formação (que os leva a encarar a guerra apenas sob seus aspectos militares), o ponto de vista em que se colocam (puramente militar) em decorrência, a expressão utilizada (inspirada na mobilização dos exércitos) e idéia (falsa) que, por analogia, se era levado a admitir para a natureza destas operações, conduziram-lhes a imprimir um caráter tal que, para a execução do programa de rearmamento, resultaram retardos que, por sem dúvida, vieram a constituir numa das causas do desastre de 1940.

A partir da primavera de 1948, os Estados-Maiores franceses voltaram a preocupar-se com os problemas econômicos da preparação da guerra e estabeleceram um projeto de lei sobre a economia de guerra. Consultado a respeito desse projeto, o Ministério da Indústria formulou

uma veemente oposição que pode ser resumida da seguinte maneira: — tudo isto estava muito bem para atender a última guerra. Não sabemos ao certo como será a próxima; no entanto, sabemos muito bem que, se formos esperar que o conflito comece para, então, mobilizar nossas indústrias, será demasiadamente tarde para tomarmos as providências que se fazem necessárias (1).

Para preparar-se uma guerra — evitando-a, si possível, ou, pelo menos, procurando fazê-la em condições admissíveis — não deve ser a economia de guerra que se deve preparar, mas uma **economia para enfrentar a crise**, isto é, a **economia da crise**. No que concerne à indústria, o Ministério da Indústria seria naturalmente o mais indicado para incumbir-se dessa tarefa, ao contrário do Ministério das Forças Armadas.

Os problemas, formulados desta forma, conduziriam o Chefe do Estado-Maior Geral do Exército a organizar e presidir uma série de reuniões, no curso das quais solicitou ao representante do Ministro da Indústria para realizar uma conferência sobre os problemas da mobilização industrial, a ser assistida pelo Estado-Maior do Exército e os Serviços do Secretariado do Estado na Guerra, a qual teria por fim motivar a evolução nos espíritos. Para dar uma idéia sobre a predisposição dos espíritos, basta dizer que os serviços mais diretamente interessados no assunto não compareceram à conferência.

A lógica e o espírito da lei de 11/VII/1938, sobre a Organização da Nação para o tempo de guerra (que pretendeu atribuir a cada ministro a responsabilidade pela defesa em seu domínio), (2) a experiência de duas guerras mundiais e as ofertas feitas pelo Ministro encarregado da indústria, teriam levado as autoridades a confiar neste último cargo para satisfazer os suprimentos, para os exércitos bem como para o restante do país, de todos os produtos industriais que se fizerem necessários. Admite-se, ao mesmo passo, que o ministro da indústria tenha sido também incumbido da tutela dos tradicionais serviços industriais militares. Era sábia a medida, tanto mais quanto as necessidades materiais militares agora ultrapassam o âmbito desses serviços, segundo revelam as experiências de 1914 e 1939, em que as tarefas da produção, em período de crise, ficam muito afastadas das preocupações essenciais dos ministros militares (3).

Na primavera de 1950, Mr. René Pleven, ministro encarregado da Defesa Nacional, compreendeu que era preciso passar por cima das resistências que viesse a defrontar e deu, em princípio, o seu assentimento à medida. Num 1º tempo, considerava que as atividades do Serviço de Pólvoras, muito em particular, não poderiam desenvolver-se em boas

(1) Carta de 28 de maio de 1948, assinada por Mr. Robert Lacoste.

(2) Mas chegou muito tarde para ser posta em execução antes do conflito.

(3) Acrescentava-se o interesse de não deixar fora da indústria geral certas indústrias particulares que, a qualquer momento, poderiam ter dificuldades de viver: arsenais, manufaturas de armas, estaleiros, construções aeronáutica, etc...

condições sem se enquadrar num quadro mais amplo, como o das indústrias químicas, motivo por que solicitou ao Ministro da Indústria a elaboração de um projeto de Decreto, subordinando êsse Serviço à Direção das Indústrias Químicas. Sem embargo, antes mesmo que o Decreto fôsse redigido, o Governo mudava de idéia e o Ministro da Defesa Nacional repeliu a nova orientação política. A ocasião foi, assim, perdida.

Passados 4 anos, Mr. Pleven tendo retornado ao cargo de Ministro da Defesa Nacional compenetrou-se de que não devia ter mais a responsabilidade de conservar aquela tradição e, mediante o Decreto de 16/III/1954, determinou que a mobilização da indústria passasse ao encargo do Ministro da Indústria. A despeito disso, as resistências persistiram e o princípio oficialmente admitido não passava do papel: — o Ministro da Defesa Nacional consevava sob suas ordens os serviços industriais, bem como todo o pessoal que se ocupava com a mobilização industrial ao mesmo tempo que o Ministro da Indústria para atender ao nôvo encargo dispunha de um órgão de direção (o Commissariado-Geral para a mobilização industrial). Mas esse órgão deveria ser constituído — “sem a criação de empregos”, utilizando funcionários civis e militares, de que carece para a execução do serviço, os quais passariam à disposição do Ministro da Indústria.

Dez anos depois, a situação não se tinha ainda alterado.

Os trabalhos do Commissariado-Geral, na mobilização industrial, difficilmente desembocariam de suas bases (lei de 11/VII/1938), sôbre as quais não se sabia até que ponto estavam proscritas. A Ordenança de 7/1/1959, fornecendo novas bases para a defesa, interrompeu aquêles trabalhos. Mas as novas bases, quaisquer que fossem, tinham, pelo menos, a vantagem de poder ser consideradas como a vontade do Governo. Desde logo, o Ministério da Indústria retomou suas sugestões apresentadas em 1948, a fim de harmonizá-las com esta Ordenança.

Todavia, teve que aguardar ainda mais 4 anos para conseguir a transformação do Estado-Maior em Secretariado-Geral da Defesa Nacional, afim de receber as Instruções para sua aplicação, as quais, em conjunto, aprovaram suas proposições.

Sôbre essas bases é que se organiza presentemente a operação, chamada “mobilização industrial”, a respeito da qual se poderia perguntar, consoante o que foi dito acima: será que todo mundo acredita na utilidade de prepará-la ?

Antes de discutir a resposta, seria necessário compreender bem o sentido dessa expressão, porque a natureza da “mobilização da indústria, com ou sem a palavra qualificativa, tem um sentido evoluído no curso da história.

B — AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

O fim de uma mobilização é permitir que a defesa atinja o máximo de poder no momento desejado. O momento favorável para empreender

esta operação depende evidentemente de sua duração. Isto é tanto mais verdadeiro, em particular, no que se relaciona com as medidas destinadas a fornecer aos combatentes os meios materiais de luta de que necessitam.

* * *

Houve tempo em que o combate entre homens não se distinguia da luta entre animais ferozes. Cada qual dispunha, em permanência dos seus meios de defesa: à mão portava uma arma e em sua caserna tinha abrigo para se barricar.

Daí, não haver necessidade de encarar uma operação do porte da mobilização industrial, para dotá-los com meios reclamados pela luta. Mais tarde, surgiram as armas brancas, as armaduras e, em seguida, as armas de fogo, as quais necessitam de uma fabricação demorada de acordo com os meios disponíveis na época, para poder multiplicá-las nas quantidades desejadas na hora do perigo, hora essa que geralmente se apresenta de imediato. No caso, iniciava-se a luta com as armas disponíveis, naturalmente em número muito menor do que o dos homens válidos a empenhar nela. Mesmo assim, não havia nunca uma operação comparável à da mobilização industrial.

O problema mudou completamente, quando a Revolução Francesa necessitou de meios para dilatar "as fronteiras da liberdade", objetivo sem limites que reclamava recursos consideráveis em meios de luta. Na Convenção, certos deputados, dispostos a lançar na balança o peso do país mais populoso da Europa, supunham poder resolver o problema pelo "levantamento em massa" da nação.

Danton, mais inteligente, respondeu-lhes: "Para marchar é preciso armas e pão. Ora, tendes bastantes armas e pão para fazer todos os franceses marcharem? Sabia ele que os arsenais estavam vazios, que as manufaturas de armas estavam arruinadas (como ocorria, aliás, com toda a indústria, até pouco tempo florescente na monarquia) e que as matérias-primas faltavam, notadamente o aço que, em grande parte, vinha da Inglaterra e da Alemanha; o cobre era adquirido em sua totalidade no estrangeiro; o salitre era importado das Índias, e assim por diante.

Em vista disto, BARRÉRE, em nome do Comité da Saúde Pública, formulou os princípios básicos da organização da Nação para uma guerra total: "Todos serão requisitados, mas nem todos marcharão. " Uns fabricarão armas, outros as utilizarão".

Esta declaração fundamentou um Decreto famoso: "Os jovens irão ao combate, os casados forjarão as armas, etc. ... As praças públicas serão transformadas em oficinas de armas, os pisos dos porões serão lavados para extrair-se o salitre, etc. ..."

Em síntese, diante das necessidades da guerra, improvisava-se uma mobilização industrial. Em virtude de terem, de início, surgido esses problemas para a fabricação de armamentos, coube a um oficial técnico, Mr. CARNOT, o encargo de ocupar-se com eles. Pouco tempo depois, teve ele que abandonar os problemas de fabricação para consagrar suas

atividades às questões militares, transferindo seus encargos ao novo ministério, cuja direção foi entregue a um engenheiro de minas, Mr. HASENFRATZ.

Esse ministério lançou-se inicialmente a obtenção de salitres, às manufaturas de armas e a fundição de canhões. Mas, desde logo, apercebeu-se de que não se pode fazer armas sem dispor de metal. Desenvolveu-se, então, e aperfeiçoou-se a seguir a produção do aço. Ao ensejo, passou a faltar carvão. De imediato, requisitaram-se as minas existentes, os transportes necessários, as forjas; obrigaram-se a entregar à distribuição matérias-primas e mão-de-obra. A economia passou a ser desde logo, totalmente dirigida (e, de resto, ferozmente). Ao mesmo tempo foi despendido um esforço colossal em favor da pesquisa técnica e na formação de técnicos de alto valor profissional, o que contribuiu decisivamente para o renascimento de nossa indústria.

Mas essa organização de defesa nacional, imposta pela guerra não resistiu, apesar da calma provisoriamente proporcionada, aos particularismos e a reação política que se seguiu ao dia 9 "termidor". Certo deputado propôs com sabedoria, na ocasião, que se mantivesse um Ministério que, ao menos, teria conservado os quadros daquela organização. Não conseguiu ser ouvido. Houve desmembramento: as manufaturas de armas e a fundição de canhões ficaram divididos entre o Ministério da Guerra e da Marinha; as minas retornaram ao Ministério do Interior; as pólvoras e os salitres voltaram às Finanças. O restante desapareceu (4).

Ao atingir 1870, a França, com os desastres de SEDAN e METZ, viu-se a braços com a penúria de meios de combate tão angustiante quanto a de 1793, e reafirmou o seu espírito com a determinação de bater-se "assim mesmo". Uma vez mais, foi feito apêlo a um engenheiro de minas, Mr. FREYCINET o qual, tanto nas compras no estrangeiro como com a produção nacional, parcialmente improvisada, obteve resultados espetaculares; porém esses frutos chagavam muito tarde.

É com êsse lamentável "muito tarde" que vamos deparar, novamente em 1914.

Por certo, pelo menos dois oficiais haviam pensado nos serviços que poderiam prestar em uma mobilização econômica do país (5) e, conseqüentemente, na maneira de prepará-la. Como sói acontecer, não foram ouvidos.

Quando a guerra deflagrou, tudo estava previsto para que nossas armas sáissem, essencialmente, dos estoques preparados, estoques impor-

(4) Nem tudo entretanto: da organização que permitia difundir pelo ensino as técnicas novas, conservou traços que vieram contribuir para uma notável renovação da indústria francesa, graças à qual a Artilharia, durante mais de 1 século, fabricou os materiais do exército francês e que dinamizaram, pela voz de seus canhões, os campos de batalha até 1918. Esse traço foi proporcionado pela Escola Politécnica.

(5) Gen LANGLOIS — "A guerra no Século XX" e o General (então Cap) SRRIGNY: "As conseqüências econômicas da próxima guerra" e "A guerra e o movimento econômico".

tantes, porquanto teriam que alimentar totalmente as custosas batalhas das fronteiras e do Marne. Apenas alguns estabelecimentos do Estado podiam recorrer a uma quota dêsses estoques (aliás modesta). Êles conseguiram multiplicar sua pequena produção do tempo de paz, segundo as provisões do Plano de Mobilização, mas, durante êste tempo, o resto d indústria francesa adormecia devido a chamada às fileiras dos exércitos dos quadros e operários das usinas existentes.

Não obstante, desde meados de setembro, o General Comandante-Chefe vinha pedindo que a produção de projéteis, em particular, fôsse, no mínimo, triplicada com a mais alta prioridade e isto se dava no momento em que a invasão privava a nossa adormecida indústria de nossas jazidas de carvão mais produtivas e de 2/3 de nosso potencial siderúrgico. Felizmente, nesse plano, o inimigo não estava mais bem preparado do que nós. Tal como ocorreu em 1793, e pelas mesmas razões, criou-se um ministério nôvo que passou a absorver os serviços industriais do Ministério da Guerra e que, de início, ficou encarregado das munções; depois encarregou-se de todo o armamento; a seguir, das "fabricações de guerra", do comércio exterior, da distribuição das matérias-primas e, finalmente, de tôdas as indústrias, nelas incluídas as minas.

O Plano de Mobilização tinha feito desencadear as fabricações militares com um efetivo de 50.000 operários. Três anos após, as fabricações de guerra utilizavam, cada vez mais, o pessoal civil (agora, compreendendo numerosas mulheres), 500.000 militares, retirados, pouco a pouco, das fileiras dos exércitos.

A produção diária de projéteis de artilharia, prevista no calendário de mobilização, era de 100 Ton. Em três anos atingiu a perto de 3.000 Ton.

A produção de ácido sulfúrico, característica das atividades das indústrias químicas, era de 500 Ton, por mês, passando a 26.000 Ton. Desta forma podia-se dizer que a indústria francesa estava mobilizada. Enquanto essa organização era montada e se punha em marcha o seu funcionamento, as operações militares patinavam numa longa manifestação de impotência que se chamou de guerra de trincheiras e que o Marechal Foch assim descrevia: "Os alemães nada podiam contra nós. Nada também podíamos nós fazer contra êles. Por que nada podíamos fazer? Porque os materiais nos faltaram. Fazia-se, então, urgente, proporcioná-los, o que, aliás, não se poderia fazer em um dia nem em um mês (6)".

Não! Para tanto foram precisos mais de 3 anos.

Ao término de 3 anos, enquanto o Estado continuava a consagrar, para satisfazer certas necessidades, dezenas de usinas ditas militares, a indústria privada havia adaptado alguns milhares das suas. Nesta ocasião fornecemos canhões ao exército americano.

Êsse magnífico esforço permitiu aos nossos exércitos obter a vitória; mas sabe-se bem quanto nos custou em vidas humanas, êsse período

(6) RAYMOND RECOULY: "as memórias de FOCH".

de 3 anos que foi necessário esperar para pôr a produção industrial no nível de satisfazer as necessidades da guerra.

Restabelecida a calma, quando nossa indústria se readaptou às necessidades do tempo de paz, os poderes públicos julgaram inútil conservar, mesmo em germe, a organização que permitiu conquistar a vitória.

Ela deslocou-se, tal como ocorreu com o Comité de Saúde Pública. É verdade que, desta vez, acreditava-se que jamais haveria nova guerra.

Sem embargo, um oficial técnico, o Coronel DE LA VALLEE, em 1920 manifestava em relatório sobre essa gigantesca experiência, para a qual êle havia contribuído de forma ativa, que, de agora por diante, não se tratava mais de preparar os arsenais militares, mas a "mobilização de tôda as indústrias com vistas a fazê-las trabalhar em prol dos melhores interesses do país". Ele solicitava que esta tarefa que ultrapassava a das fabricações militares, fôsse confiada não mais ao Ministério do Armamento, mas a um serviço mais geral... dispondo de tôdas as usinas do território nacional. "— Um Ministério da INDÚSTRIA". Não foi ouvido a sua sugestão e alguns anos mais tarde, em meio a debates em tôrno da lei sobre a Organização da Nação para a guerra (7), o relator da Comissão do Exército da Câmara dos Deputados pôde protestar, ainda, contra a "manutenção, na França, de uma organização arcaica, tão manifestamente oposta a que a experiência da última guerra tinha permitido pôr em evidência" (8). Recordando que a guerra de 1914-18 havia obrigado o ministro da guerra a separar-se de seus órgãos industriais, pedia-se, em nome da **defesa nacional**, que fôsse constituído imediatamente um ministério encarregado de tôdas as questões industriais, militares e civis, tanto na paz como na guerra. Êsse nôvo apêlo não teve também eco, ou melhor, só foi levado em consideração quando a guerra deflagrava e, portanto, **muito tarde, outra vez.**

* * *

Seria doloroso, nestas condições, expor em permenores, o que foi a tentativa de mobilização industrial de 1939.

Desde 1936, não obstante, o Estado-Maior do Exército havia apresentado um programa de rearmamento que poderia ter servido de motivação para que essa mobilização fôsse preparada como devia, mas logo se constatou que os retardos na execução dêsses programas deviam-se a causas diversas e os industriais que trabalhavam para as Fôrças Armadas queixavam-se de não serem atendidos nos suprimentos de produtos intermediários ou de sua própria fabricação. Nesta concorrência desordenada entre tôdas as necessidades do país, havia sempre um elemento que frejava ou detinha as produções de interesse capital para a preparação da guerra, a tal ponto que os serviços militares não chegavam a consumir os créditos que lhes eram concedidos para aquisições no mercado de armamentos.

(7) Que foi a lei de 11 de julho de 1938.

(8) Mr. RENÉ RICHARD: projeto de lei n. 3.763.

Foi preciso que se fizesse a declaração de guerra para que se impusesse a necessidade de constituir, uma vez mais, a toda pressa, um Ministério que se incumbisse das fabricações exigidas pelo país em guerra, um Ministério ao qual, os ministérios militares teriam que, novamente, transferir seus órgãos industriais, recolher-se-iam os pertencentes a outros, improvisar-se-iam outras mais. A indústria geral estava, nesse cruciante momento, paralisada devido as chamadas inconsideradas às fileiras (9), determinadas por uma mobilização não preparada e, por tanto, incapaz de alimentar suficientemente as usinas de armamento com pessoal muitas vezes plétórico; um Ministério que, sob uma designação mais ou menos militar, fôsse, na realidade, um ministério da indústria que teria que improvisar todo um sistema de economia dirigida, lançar fabricações, construir usinas novas; um Ministério cujos esforços, sob a direção de um engenheiro particularmente enérgico, começava a produzir alguns resultados favoráveis, na primavera de 1940. Entretanto, já era **muito tarde**.

Este Ministério subsistiu depois do armistício. Organizado para enfrentar uma crise, permitiu suportar a ocupação inimiga.

Todavia, com a libertação da Pátria, os ministérios militares recuperaram seus serviços industriais tradicionais, isto é, os que forneciam aos exércitos o essencial de seus materiais... do século XIX. Desta forma, ficaram novamente cortados os dois serviços do Estado, incumbidos dos problemas industriais da defesa.

Entretanto, em 1954, o Ministério da Defesa Nacional fez transferir para o Ministério da Indústria o encargo de preparação da indústria para as necessidades da defesa, sem, no entanto, abrir mão de seus arsenais e fábricas de pólvoras, de construção aeronáutica, das concepções concernentes a "Mobilização industrial".

Em 1961, numa conferência realizada no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, o porta-voz do Ministério da Guerra recordava: "cada vez que a nação se encontrar em situações graves, a necessidade surge de se ter que procurar uma fórmula capaz de permitir que se disponha de uma única autoridade incumbida de estudar e fabricar armamentos, a qual será a única solução válida para produzir o máximo de eficácia.

Assim se passou em 1914-18, 1939-40, em 1948 e depois da libertação (10). Tudo isto estaria perfeito (11), se se substituísse a palavra "armamentos" por "produtos industriais necessários para a defesa da nação", porque, se certos destes produtos faltarem, os outros (se forem armamentos) ficariam arriscados de não ter qualquer outra serventia. Por outras palavras, a produção deve estar organizada. Foi, aliás, o que o

(9) No inverno de 1939-40 foi necessário fazer reapresentarem-se às usinas cerca de 500.000 operários incorporados nos exércitos. Como argumentar, pe essa mobilização havia sido preparada pelo Ministério da Guerra?

(10) Rev Def Nat de Outubro de 1961.

(11) Seria, aliás, difícil sustentar que os estudos e fabricação de armamentos franceses, depois de 1940, tivessem, com o desenrolar da guerra, obtido eficiência sensível.

porta-voz do Ministério da Guerra admitiu (sem dizê-lo), porém, prevalecendo-se do ensejo, sugeriu que o problema deveria reverter a um representante do Ministério citado (12)", a fim de poder efetuar ou propor ao governo as arbitragens indispensáveis, particularmente nos 3 setores essenciais:

Matérias-primas;
Energias;
Importações.

Tal solução não pode nem mesmo ser encarada pelos responsáveis pelas indústrias e por sua mobilização, porque ela contraria a natureza das coisas. As Leis e os Regulamentos com a devida propriedade dispõem: "cada Ministro é o responsável pela preparação e participação de seu Departamento na defesa nacional (13)";

"um só Ministro é responsável pelas medidas a tomar para satisfazer, nas melhores condições, as necessidades dos ministérios utilizadores (14), em cada uma das grandes categorias de recursos essenciais à vida do país, tais como os materiais e produtos industriais, energias, etc....".

único Ministro responsável pelos recursos de energias, matérias-primas e produtos industriais é o Ministro da Indústria (15)".

"os Ministros asseguram a repartição dos recursos, de que são responsáveis, pelos seus usuários".

Aceitar discussão, diante disso, seria introduzir causas perturbadoras da boa compreensão do problema.

C — A LIÇÃO DA HISTÓRIA

A lição essencial da História, em matéria de mobilização industrial, tem-se tornado constante por sua insistência e mais variável por suas conseqüências, ela repousa na importância do fator "tempo".

Ainda não é prudente procurar tirar da história, a êste respeito, ensinamentos caducos no seu valimento. Para alguns, embora o dilúvio possa destruir um país em alguns minutos, "não haverá tempo" (16) "não disporemos de tempo" e "por termos assistido, concluímos pela inutilidade de qualquer preparação da mobilização industrial". Mas que diriam, si esta solução fácil, no momento crítico, deixasse perceber que esta preparação teria sido muito útil, e, portanto, mais uma vez seria adotada **muito tarde** ?

(12) Provavelmente porque julgava a necessidade dos exércitos como a única a considerar.

(13) Dec de 18/VII/1962. A Orçenança limita-se a dizer, quanto à defesa que cada ministro é responsável pela preparação e execução das medidas que lhes competem.

(14) Orçenança de 1/I/1959.

(15) Dec de 29/VII/1962 — relativo à defesa no domínio econômico.

(16) Título de um livro americano de W. L. Borden.

Essas idéias seriam, talvez, justas se as armas novas apenas se apresentassem como complemento em um conflito do tipo antigo; mas a influência dessas armas deve ser muito mais profunda (17) e, a essa altura, cabe indagar em que medida devem levar à revisão dos conceitos sobre a mobilização industrial. Para livrar-se de idéias ultrapassadas, seria preciso retomar a questão pela base.

* * *

Um país que se "mobiliza" é um país que passa da posição de bem-estar para a de defesa e, se isso se passa é porque percebe que uma crise ameaça a segurança... ou começa a perturbá-la.

A mobilização deve poder estar pronta a desencadear-se de imediato no âmbito das Fôrças Armadas. Isto será possível se o pessoal tiver sido formado para as diversas funções e o material fabricado e pronto a ser utilizado.

Será ela muito rápida no setor de alimentação, porque não pode constituir problema ter que aumentar seriamente os recursos (18). Trata-se de colhêr, ou importar, estocar e racionar certos produtos.

Para a indústria, ao contrário, a operação é, inevitavelmente, muito longa: 1º porque supõe a conversão de usinas (tanto mais difícil quanto sejam especializadas), em seguida, e, sobretudo, porque é extremamente demorado esperar, entre tôdas as indústrias (que se comandam entre si) obter um novel equilíbrio correspondente a uma produção que, com recursos diminuídos, precisa atender a necessidades novas em natureza ou em quantidade. Em nada adiante querer apressar o ritmo; é necessário ter tudo pronto para poder partir no tempo desejado.

Depois da experiência de 1914-18, é sabido que a mobilização de uma indústria exige um prazo de 3 a 4 anos. Explica-se, nestas condições, que o Coronel De La Vallée tenha querido preparar a indústria do tempo de paz para adaptar-se rapidamente, no momento desejado, à produção do tempo de guerra. O exército compreendeu êste interesse, mas os militares, para êsse efeito, não podiam deixar de estar tentados a inspirar-se na mobilização militar que, pela 1ª vez, em 1914, tinha conseguido magistralmente transformar, em poucas semanas, a população masculina francesa em um gigantesco exército.

Ora, a mobilização da indústria, isto é, sua passagem do regime de paz para realizar o esforço intensivo da defesa, não podia ser uma "mobilização" no sentido que os militares dão a esta palavra.

Não seria conveniente acreditar que uma operação dessa natureza possa ser desencadeada por meio de edital (cartas de chamada) e assim

(17) Vide Rev Def Nat Abril de 1963 — A defesa e o passado.

(18) As importações, em caso de crise, serão muito difíceis, sobretudo para os produtos mais interessantes: entre eles se encontram os corpos graxos, açúcar, etc.

conseguir multiplicar bruscamente a produção tal como o faria a mobilização militar, multiplicando o número de divisões.

Não seria preciso esperar para ver a produção industrial intensificar seu rendimento, no momento em que uma crise lhe privar de parte importante de seus meios, particularmente aqueles que lhes fôssem mais úteis, os quais, por esta razão, passarão a ser os mais disputados no mercado mundial. Isto, pois, será um fato corrente.

Em um livro sobre "os anos cruciais" que tinham arrastado a França ao desastre de 1940, o autor constatava que a "demarrage" de nosso plano de rearmamento do ano de 1936, somente havia começado, em ritmo lento, em fins de 1937, para, segundo se dizia, desencadear-se vigorosamente em maio de 1940. Depois de ter procurado identificar os responsáveis ao invés de investigar se tais retardos não estavam na natureza mesma das coisas, o autor acrescentava: "Na 2ª quinzena de maio, quando todos os olhos se abriram (19) já era **muito tarde**. O rendimento dessa quinzena foi formidável e revelou o que se poderia fazer começando mais cedo ao revés de perseguir uma organização melhor, e, sobretudo, se houvesse mais ardor no trabalho".

O Chefe do Estado-Maior do Comandante-em-Chefe tinha indicado uma arma para promover a multiplicação da produção, o que, na realidade, não representou mais do que um amontoado prematuro de materiais em vias de recebimento.

Alguns anos mais tarde, alunos (civis e militares) de uma de nossas grandes Instituições, estudando os problemas da mobilização industrial, exprimiam seu desagrado ao constatar que, nas 2 últimas guerras a indústria somente havia "empreendido sua adaptação progressivamente para o regime de guerra". Julgavam eles necessário organizar "o desencadeando automático de uma verdadeira mobilização industrial". Sabiam perfeitamente que jamais se havia podido obter, em parte alguma, um tal sistema. Pois bem (concluíram eles) essa "é uma lacuna a preencher".

Foi, de resto, três ou quatro anos após a última guerra, que se adotou a solução preconizada oficialmente por uma alta personalidade visando fornecer o armamento do exército de terra e, por conseguinte, realizar a mobilização industrial. Para ela, a indústria de guerra não estaria apoiada em usinas subterrâneas, dispersas em um país deserto e sem retornar ao tempo normal. Passemos por sobre esse sonho que, agora, seria dissipado — as usinas ficariam dormindo sobre as areias do Saara e só teriam tentado "demarrar" em tempo de guerra, estando isoladas, sem água, nem energia, sem meios de transporte nem apoio de uma indústria geral. Fantasia. Seria extremamente grave deixar embalar-se na esperança de realizar uma tal mobilização industrial. A mobilização industrial é uma operação que só pode ser levada a termo de modo progressivo e lento; está na própria natureza da coisa. Certamente que, uma organização adequada, um plano de produção prees-

(19) Os dois outros, bem entendido.

tabelecido na medida do possível, a constituição de estoques de segurança correspondentes, estudos prévios concernentes a fabricação novas a realizar, etc., poderiam permitir acelerar a lenta "demarrage", mas dentro de limites, como asseverava um general engenheiro de armamentos, a propósito dos trabalhos que lhe foram confiados em 1939, oferecendo-se-lhe tudo o que fosse necessário para desincumbir-se rapidamente: "Empregai 10 homens se fôr necessário ainda que dure 9 meses".

De 1914 a 1917, aumentada a capacidade da indústria francesa no setor militar, sob o aguilhão da guerra em curso, verificou-se que se havia conseguido multiplicar a produção, mas durou de 3 a 4 anos.

Em 1936, Hitler, não podendo mais continuar o seu trabalho de preparação para a guerra, em segredo, ficou desmascarado, ao começar seu esforço. Em 1939, estava suficientemente aparelhado para esmagar a Polônia. Em 1940 pôde atacar a frente ocidental, empregando todo o poderio militar e industrial do Reich. Ele também consumiu de 3 a 4 anos na sua preparação.

É verdade que apenas se haviam escoado 3 anos, entre o início do rearmamento francês (1937) e o começo efetivo das hostilidades (1940); contudo, não estávamos prontos ainda...

Os Estados Unidos da América do Norte, muito antes de sua entrada no último conflito, já haviam "demarrado" em suas fabricações militares (e estavam com as fabricações necessárias em ascensão), notadamente, no sentido de fornecer materiais de guerra para os aliados, sob título "lend lease". Dois anos escoaram-se, antes de ocorrer a agressão japonesa, dois anos durante os quais esta mobilização industrial prosseguia, de tal forma que foram precisos mais dois outros anos para que a produção americana atingisse o ritmo de guerra, ritmo êsse que permitiu efetuar o desembarque na Europa. Mas, foram necessários 4 anos para que a nação mais poderosa e industrial do mundo pudesse intervir plenamente no conflito com todo o material de que necessitava.

No início do verão de 1950 a guerra eclodiu na Coréia, ameaçando provocar uma nova Guerra Mundial. Os americanos decidiram remobilizar sua indústria para se apresentarem, pelo menos, tanto quanto seus adversários eventuais e foram essas, então, as previsões feitas acêrca de seus serviços:

— "Em 1 ano apenas se poderá começar a crescer a produção de armamentos. Não é possível fazer mais do que triplicar a produção de aviões (20). No que concerne aos carros de combate leves... a produção em massa apenas se iniciara. Quanto aos carros médios permaneceremos ainda na fase de instalação das linhas de fabricação".

"Em 2 anos (prossegue o relatório), a produção de aviões poderá de novo ser triplicada; os carros médios apenas começando a se produzir em massa. Os carros pesados estarão ainda em período de ensaios... Os projéteis de certas categorias começarão a ser produzidos em grande escala. O mesmo ocorrerá com os caminhões."

(20) A qual, até então, era insignificante.

"Em 3 anos, a produção da maior parte das armas, destinadas às forças terrestres, atingirá o nível previsto nos planos; os principais tipos de carros serão produzidos em larga escala e a produção de aviões aproximar-se-á um pouco mais dos níveis do tempo de guerra."

Quando essas operações se desenvolveram, nos anos seguintes, os relatórios sucessivos do Diretor da Mobilização para a Defesa mostraram que essas previsões eram exatas.

A 1 de janeiro de 1952, ao cabo de ano e meio portanto, êle escrevia: "Se se avaliar a mobilização da defesa pelas entregas feitas, ela apenas começou e o ano de 1951 foi essencialmente o ano da preparação, um ano de trabalho dos engenheiros e projetadores".

Ora, 1951 foi o ano de atividade febril, em que os americanos consideravam que a 3ª guerra mundial, não estaria iminente, mas já havia começado.

A 1 de janeiro de 1953, no momento em que a situação estando tensa, a América pôs sua produção da defesa na base de partida (palier), "em estado de alerta". O relatório referindo-se ao ponto do esforço despendido depois "dois dias sombrios do meado de 1950" declarava: "nós sabíamos, naquele momento, que seriam necessários mais 3 anos para atingirmos o nível mínimo de segurança... A experiência veio confirmar a previsão". Ora, as entregas de materiais às forças armadas americanas ainda estavam com 1/4 do ritmo atingido na 2ª guerra mundial. (21).

Ao cabo de 3 anos! Na mesma ocasião o General GUDERIAN (o da Achtung Panzer e dos blindados de Sedan) escrevia: "Entre as potências ocidentais, não há quem não tenha compreendido a importância do fator tempo na preparação dos conflitos futuros (22). Na vanguarda deles está a França". Havia, nesta época, tempo bastante, pois que o Ministério da Indústria assinalava a importância das etapas necessárias para uma mobilização da indústria. Insistia sobre o caráter necessariamente progressivo dessa operação. Comparava-o com a colocação em posição, no caso da crise, de um longo comboio; mostrava a importância que podem ter, para isto, os comandos regulares de defesa em tempo normal, os quais conservariam o comboio em estado de poder marchar; expunha como, em caso de ameaça, um "programa de rearmamento" bem estabelecido poderá acelerar o movimento deste comboio e permitir à produção da defesa, assumir progressivamente a velocidade até ao regime máximo que é suscetível atingir para realizar a mobilização total.

Cabe ao governo, considerados os elementos contraditórios que interferem na decisão, provocar a "demarrage" em tempo oportuno, a fim de apresentar-se no tempo desejado; não será muito cedo, porque uma nação não prolonga ou não pode repetir impunemente tal esforço, uma vez que não é prudente ir a batalha munido com materiais fora

(21) 2,7 milhões de dólares por mês contra 11,1 milhões de dólares.

(22) Vide Revue de Defense Nationale de Agosto-Set 1962 — "A organização da defesa — questões prévias".

de moda. Levando em conta as inevitáveis delongas que retardam a "demarrage", a decisão precisa ser oportuna para não ser tomada demasiado tarde. Ela não deve ser tomada muito tarde, devido, de um lado, às informações sobre o inimigo e, de outro, pelo (no que nos interessa) estado de preparação da mobilização industrial dos 2 lados da barreira.

Não deverá ser muito cedo por uma questão de sangue frio e de confiança na aptidão da indústria nacional para mobilizar-se em prazo razoável. Tudo se resume em uma adequada preparação. A decisão deve ser tomada, no justo momento: nem muito tarde, nem muito cedo.

O problema tornar-se-ia insolúvel se o inimigo também não se encontrasse em condições análogas, sujeito às mesmas servidões.

Tendo em vista as longas demoras e a incerteza de como será a próxima guerra, certos estudiosos, admitindo a hipótese de uma única guerra nuclear com destruição total e absolutamente imprevista, concluem simploriamente pela inutilidade de ser encarada qualquer modalidade de mobilização industrial. Mas, raciocinar e agir desse modo, corresponde praticamente a renunciar a tudo, ou, salvando as aparências, procurar preparar a guerra que passou (22).

Talvez seja aventuroso predizer como será a próxima guerra. Todavia, pode-se admitir que sejam revistas as crises internacionais, surgidas inopinada ou progressivamente, com duração imprevisível, seguidas ou não de uma guerra com forma mais ou menos conhecida; crises essas que, para a indústria, implicarão em ter que atender a pedidos consideráveis, vitais, de extrema urgência, para os quais os meios necessários para impulsionar as fabricações correspondentes poderão vir a desaparecer do mercado internacional.

Numa luta entre povos como em qualquer outra, o ataque é sempre dirigido sobre o ponto fraco. Uma nação moderna consagra normalmente meios substanciais — humanos e financeiros — para assegurar a sua preparação militar. Seus adversários, pois, não poderiam nunca rejubilarem-se, no momento da crise, por encontrar essa nação em completo despreparo industrial. Não é demais lembrar que o preparo da mobilização industrial constitui sempre o ponto fraco de uma nação.

Descurar dêle, corresponderá, no decurso ou após uma crise internacional grave, ter reduzido a nação à passividade, podendo ser subjugada, talvez mesmo, sem ter podido combater.

Diante de tão aterradora ameaça, parece que a pergunta se impõe.

É necessário "mobilizar a indústria?"

(Continua no próximo número)

(22) Vide Revue de Defense Nationale de Agosto-Set 1962 — "A organização da defesa — questões prévias".